

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 417900/0002/2018
PARA VENDA DE MERCADORIAS APREENDIDAS MEDIANTE LEILÃO
PESSOAS FÍSICAS e PESSOAS JURÍDICAS

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Recife, designada pela Portaria SRRF04 Nº 393/2018, de 18/07/2018, da (Superintendente adjunta da Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal), publicada no BS nº 138, de 20/07/2018, torna público que, no local, data e hora indicado no item 1, venderá, mediante LEILÃO na forma eletrônica destinado a PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS, mercadorias apreendidas ou abandonadas relacionadas nos processos de destinação nº 19615.720498/2018-68 e 19615.720140/2018-35 e no processo de licitação nº 19615.720447/2018-36, observadas as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; do Decreto Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; da Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011; da Portaria MF nº 548, de 23 de novembro de 2009; da Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011; da Portaria RFB nº 2.206, de 11 de novembro de 2010; da legislação tributária e administrativa pertinentes; e as condições do presente EDITAL.

1. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL

- 1.1. Data e Hora para abertura da Sessão Pública – classificação e ordenação das propostas (**horário oficial de Brasília**): 13/11/2018, 10:00 h;
- 1.2. Data e Hora da Abertura da Sessão Pública para Lances (**horário oficial de Brasília**): 13/11/2018, às 11:00 h
- 1.3. Local: Leilão eletrônico. Consultar na seguinte página da Internet: www.receita.fazenda.gov.br.
- 1.4. Não sendo possível a realização do leilão no dia marcado, este fica adiado para o primeiro dia útil subsequente.

2. DO PERÍODO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE VALOR DE COMPRA

- 2.1. Período (**horário oficial de Brasília**):
 - 2.1.1. Data e hora do INÍCIO da recepção das propostas: 01/11/2018; 08:00 h
 - 2.1.2. Data e hora do FIM da recepção das propostas: 12/11/2018; 21:00 h

3. DAS MERCADORIAS

- 3.1. As mercadorias em licitação constituem 106 lotes, descritos e avaliados por valor mínimo conforme relação anexa ao presente Edital, constante de 102 páginas, e podem ser examinadas, em dias de expediente normal, nos locais, dias e horários seguintes (horário local):

Dias: 05/11/18 a 09/11/18 (**mediante agendamento prévio**)

Lotes 01 a 55; 81; 89 a 91; e 103

Horário: 09:00 às 11:00 horas; 13:30 às 16:00 horas

Local: **DMA ALF/REC** – Rua Professor José dos Anjos, 536 – Tamarineira (prédio do DNOCS) – Recife – PE

Telefone: (81) 3266-0588 (Roberto Bem e José Marcos)

Lotes 57 a 60

Horário: 09:00 às 11:30 horas; 13:30 às 16:00 horas

Local: **SUATA Terminal Alfandegado – Suape**

Local Frio Suape – R. 02 Norte, 500 – Porto de Suape, Ipojuca – PE

CEP: 55590-000

Telefone: (81) 3501-1009 (Marcela)

Lotes 61 a 67; 92; e 102

Horário: 09:00 às 17:00 horas

Local: **Porto Seco Wilson Sons** – Wilson Sons Logística Ltda. Rodovia PE 60 Km 14,5
Gleba G – Suape – Ipojuca – PE

CEP: 55590-000

Telefone: (81) 3311-3018 (Tatiana) e (81) 3311-3019 (Aline Raquel)

Lotes 56; e 68 a 79

Horário: 09:00 às 11:30 horas; 14:00 às 16:00 horas

Local: **Porto Seco JSL** – Rodovia BR 101, Km 93,4 – Ponte dos Carvalhos – Cabo de Santo Agostinho – PE

Telefones: (81) 2101-5296 / 5278 – Kelly Lopes / Alexandre Silveira

Lote 80

Horário: 09:00 às 11:00 horas; 14:00 às 16:30 horas

Local: Depósito **DRF Maceió – AL**

Rua Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá – Maceió - AL

Telefone: (82) 3036-9166 (Mariângela / Herbert)

Lotes 82 a 88; e 105

Horário: 09:00 às 11:00 horas; 14:00 às 16:00 horas

Local: **TECA Aeroporto do Recife** – Terminal de Cargas da Infraero – Aeroporto Internacional do Recife/PE

Telefone: (81) 3322-4006 (CAC PACLOG)

Lotes 93 a 101; 104; e 106

Horário: 09:00 às 11:30 horas; 13:00 às 15:00 horas

Local: **Tecon SUAPE**

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Suape

Ipojuca – PE

Telefones: (81) 3527-5800; 3527-5810 (Paulo Heitor / Olavo / Judson)

- 3.2 A unidade de medida (volume, peso, área, metragem ou outra) referente às mercadorias relacionadas no anexo deste Edital deverá ser entendida como medida aproximada, não ensejando razão para desistência ou posterior devolução do bem, caso não corresponda efetivamente à medida indicada, salvo se a diferença for manifestamente elevada.
- 3.3 Os bens mencionados no anexo ao presente Edital serão vendidos e entregues no estado e condições em que se encontram, não cabendo à Unidade promotora deste leilão responsabilidade por qualquer modificação ou alteração que venha a ser constatada na constituição, composição ou funcionamento das mercadorias licitadas.
- 3.3.1 A apresentação de propostas de valor de compra e o oferecimento de lances pressupõem o conhecimento das características e situação dos bens, ou o risco consciente do arrematante, não cabendo a respeito deles qualquer reclamação posterior, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação.
- 3.3.2 As eventuais imagens relacionadas aos lotes, visualizadas no Sistema de Leilão Eletrônico, terão o único fim de subsidiar o exame referido no item 3.1 deste Edital, e não gerarão aos participantes qualquer direito à indenização ou

ressarcimento decorrentes de avaliação dos lotes a partir das imagens divulgadas.

- 3.4 A descrição dos lotes sujeita-se a correções, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas, desde que tais correções não ensejem alteração no valor mínimo do lote.
- 3.5 A Comissão de Licitação poderá, por motivos justificados e a qualquer tempo, inclusive após a arrematação e antes de entregar a mercadoria, retirar do leilão quaisquer dos lotes.
- 3.6 Os bens arrematados por PESSOAS FÍSICAS somente poderão ser destinados a uso ou consumo, vedada sua destinação comercial; os bens arrematados por PESSOAS JURÍDICAS poderão ser destinados a uso, consumo, industrialização ou comércio.
- 3.7 Os arrematantes ficam responsáveis pelas consequências advindas da inobservância das restrições apostas ao lote, quanto ao seu uso, finalidade e/ou destino dos bens licitados; e obrigam-se à observância do § 8º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455/76, com a redação dada pelo art. 41 da Lei nº 12.350/2010, abaixo transcrito:
- “§ 8º Cabe ao destinatário da alienação ou incorporação a responsabilidade pelo adequado consumo, utilização, industrialização ou comercialização das mercadorias, na forma da legislação pertinente, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas de saúde pública, meio ambiente, segurança pública ou outras, cabendo-lhe observar eventuais exigências relativas a análises, inspeções, autorizações, certificações e outras previstas em normas ou regulamentos”.*
- 3.8 O cumprimento de eventuais exigências de entidades oficiais ou privadas, previstas em Lei ou regulamento próprio, inerente ao uso, consumo, industrialização ou à comercialização dos produtos, inclusive no que se refere ao cumprimento das normas de saúde pública, meio ambiente ou outras, tais como: certificados de qualidade, certificados de origem, certificados de registro, certificados de licenciamento, selos de controle, laudos técnicos, ou qualquer outra, ficará a cargo do arrematante, não cabendo qualquer ônus ou responsabilidade à RFB.
- 3.8.1 Para o(s) lote(s) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 78, 80, 93, 105, 106 será exigido, no ato da liberação da Guia de Licitação (GL), entrega de Termo de Responsabilidade firmado pelo arrematante ou por pessoa que tenha poder específico para assinar o termo, com firma reconhecida, declarando ciência do disposto no subitem 3.8, conforme modelo(s) anexo(s) a este Edital.
- 3.9 É de responsabilidade do licitante Pessoa Jurídica a fixação de selos ou qualquer outra forma de controle necessária à comercialização do produto, sendo que, no caso dos selos administrados pela RFB, o lote só será entregue após o cumprimento dessa exigência.
- 3.10 É de responsabilidade do arrematante o cumprimento de eventuais exigências da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações – em relação aos lotes com produtos para telecomunicação sujeitos à certificação compulsória cujos modelos constam como homologados, cabendo-lhe observar e atender aos requisitos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL nº 242/2000, especialmente no que tange ao seu art. 29, inciso V.
- 3.11 NÃO SE APLICA

- 3.12 Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências, solicitações de serviços e encargos visando o cadastramento/regularização dos **veículos** junto aos órgãos de trânsito, tais como primeiro emplacamento, emplacamento de veículo de coleção, transferência, emissão de certificado, modificação ou remarcação de chassi, obtenção de código específico de marca/modelo/versão, vistorias, dentre outros procedimentos necessários para fins de adequação do veículo aos dispositivos da Lei nº 9.503/1997, às Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, ao Decreto-Lei nº 1455/76, e às demais normas vigentes que regulam o assunto.
- 3.13 Os eventuais débitos fiscais, encargos e multas que incidam sobre os veículos, assim como eventuais restrições administrativas e financeiras, poderão ser tratados conforme os parágrafos 6º e 7º do art. 29 do Decreto Lei nº 1.455/76, incluídos pelo art. 41 da Lei nº 12.350/2010, abaixo transcritos:
- “§ 6º Serão expedidos novos certificados de registro e licenciamento de veículos em favor de adquirente em licitação ou beneficiário da destinação de que trata este artigo, mediante a apresentação de comprovante da decisão que aplica a pena de perdimento em favor da União, ficando os veículos livres de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores a tal decisão, não se aplicando ao caso o disposto nos arts. 124, 128 e 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).”*
- “§ 7º As multas, gravames, encargos e débitos fiscais a que se refere o § 6º serão de responsabilidade do proprietário do veículo à época da prática da infração punida com o perdimento”.*
- 3.14 Para fins de solicitação dos serviços exemplificados nos subitens anteriores, quando necessário, será fornecida ao arrematante a respectiva Guia de Licitação e o documento "Comprovante da Decisão que Aplica a Pena de Perdimento de Veículo em favor da União", aprovado pela Portaria RFB nº 1.711/2010.
- 3.15 A Receita Federal do Brasil não interfere e nem intercede junto aos órgãos envolvidos (Detran/Ciretran, Secretarias de Fazenda, órgãos responsáveis por multas, etc.) no processo de emissão dos novos certificados de registro e licenciamento dos veículos leiloados, cabendo exclusivamente ao arrematante o encargo de buscar os meios necessários para que sejam expedidos os novos certificados de registro e licenciamento dos veículos arrematados.
- 3.16 Conforme previsto nos §§ 6º e 7º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455/76, serão expedidos novos certificados de registro e licenciamento de veículos em favor de adquirente em licitação, mediante a apresentação de comprovante da decisão que aplica a pena de perdimento em favor da União, ficando os veículos livres de multas, gravames, encargos, débitos fiscais e outras restrições financeiras e administrativas anteriores a tal decisão - aqueles serão responsabilidade do proprietário do veículo à época da prática da infração punida com o perdimento. Assim, eventuais dívidas referentes a contratos de financiamentos, arrendamentos mercantis ou quaisquer outros tipos de intermediações financeiras permanecem sob a responsabilidade do proprietário anterior. Isto não impede que as instituições bancárias/financeiras interessadas, e para solucionar pendências de inadimplência desses contratos, ajuízem ações visando a resguardar seus direitos. Eventuais bloqueios de emissão de documentos ou de circulação de veículos que surgirem após a arrematação terão que ser solucionados pelos arrematantes, haja vista que no momento da efetiva entrega realizada pela RFB (tradição), os veículos deixam de pertencer à União e passam a integrar o patrimônio dos arrematantes. No ato do recebimento físico de cada veículo, será entregue a documentação prevista para que o arrematante solicite a expedição de novo certificado de registro e licenciamento junto ao competente Órgão de Trânsito, nos termos indicados no parágrafo 6º do art. 29 do Decreto Lei nº 1.455/76.
- 3.17 Quando necessário, a RFB efetuará o pré-cadastro de veículos na BIN (Base de Índice Nacional), conforme Capítulo XI, artigos 120 a 129 da Lei 9.503/97, cabendo ao arrematante providenciar a complementação de dados do veículo no Sistema Renavam.

- 3.18 Todas as providências e despesas advindas da retirada do veículo arrematado correrão por conta do arrematante, observado que não cabe à RFB a emissão de licença para o veículo circular nas vias públicas.
- 3.19 NÃO SE APLICA
- 3.20 Para o(s) lote(s) 7, 13, 21, 29, 73, 74 e 103 será exigida, no ato de liberação da Guia de Licitação - como condição para autorizar a entrega das mercadorias, a apresentação de relatório com a discriminação do nº de série/chassis de cada um dos produtos, quando houver.
- 3.20.1 As providências relativas à discriminação mencionada no item 3.20 ficarão a cargo do arrematante, sem quaisquer ônus para a RFB, e serão efetuados no local onde se encontra a mercadoria.
- 3.20.2 A não apresentação do relatório com todos os produtos discriminados ou a apresentação do relatório com erro, no prazo de até 15 (quinze) dias seguidos, contados da data da arrematação, prorrogável mediante solicitação justificada por parte do arrematante e autorização do Presidente da Comissão de Licitação, ensejará a perda dos valores pagos e do lote, sem prejuízo das sanções cabíveis previstas no item 11 deste Edital.

4. DA CLIENTELA E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. Somente poderão apresentar propostas de valor de compra Pessoas Jurídicas regularmente constituídas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou Pessoas Físicas, maiores de 18 anos ou emancipadas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, devidamente habilitadas para participação, conforme os itens subsequentes.
- 4.1.1. Consideram-se pessoas jurídicas todas as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, inclusive as equiparadas nos termos do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 e do § 1º do art. 150 do Decreto nº 3000/1999, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 4.2. Pessoas Físicas somente poderão oferecer propostas de valor de compra para os lotes de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 22, 33, 35, 36, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 76, 79, 80, 81, 84, 85, 89 e 105, sem prejuízo da possibilidade de participação, nesses mesmos lotes, de Pessoas Jurídicas.
- 4.3. A participação no leilão eletrônico se dará mediante o uso de certificado digital válido do interessado, da Pessoa Física ou da Pessoa Jurídica, conforme o caso, via acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), opção de atendimento “Sistema de Leilão Eletrônico” - SLE, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, considerando-se as informações relativas ao respectivo certificado digital vinculadas às transações inerentes e eventualmente realizadas no SLE.
- 4.4. No caso de Pessoa Jurídica, será facultado o acesso ao serviço do SLE por meio do certificado digital do responsável da empresa registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou pelo certificado digital de procurador, mediante alteração do perfil de acesso no e-CAC e informação do número de inscrição no CNPJ da Pessoa Jurídica que será representada no leilão.
- 4.4.1. Para cadastrar um procurador para participar do leilão em seu nome, a empresa deverá utilizar a opção de atendimento “Procuração Eletrônica” do e-CAC, no caso de possuir certificado digital; ou proceder a “Solicitação de Procuração para a Receita Federal do Brasil”, no caso do outorgante não possuir certificado digital.
- 4.5. No caso de Pessoa Física, será facultado o acesso ao Serviço do SLE, também, por meio de certificado digital de procurador, mediante alteração do perfil de acesso no e-CAC e

informação do número de inscrição do CPF da Pessoa Física que será representada no leilão.

- 4.5.1. Para cadastrar um procurador para participar do leilão em seu nome, a Pessoa Física deverá utilizar a opção de atendimento “Procuração Eletrônica” do e-CAC, no caso de possuir certificado digital; ou proceder a “Solicitação de Procuração para a Receita Federal do Brasil”, no caso do outorgante não possuir certificado digital.
- 4.6. A participação no leilão realizado na forma eletrônica, em quaisquer de suas fases implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica ou infraestrutura tecnológica para realização das operações e transações inerentes ao SLE, ainda que representado por intermédio de procurador.
- 4.7. O uso do certificado digital pelo licitante é de exclusiva responsabilidade deste, incluindo qualquer operação e transação efetuada, não cabendo à RFB responsabilidade por uso indevido ou eventuais danos decorrentes, ainda que causados por ou para terceiros, e também pelo uso inadequado de senha.
- 4.8. Não poderão participar do leilão, as Pessoas Físicas ou as Pessoas Jurídicas que, na data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública:
 - 4.8.1. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB; ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93;
 - 4.8.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos da Lei nº 10.520/2002;
 - 4.8.3. estejam impedidas de participar de licitações nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/98;
 - 4.8.4. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública; ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos IV e V do art. 33 da Lei nº 12.527/2011;
 - 4.8.5. tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo artigo 46 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
 - 4.8.6. tenham sido proibidas de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público nos termos do Art. 81, § 3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
 - 4.8.7. tenham sido declaradas inidôneas nos termos do Art. 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
 - 4.8.8. tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 12.120, de 15 de dezembro de 2009;
 - 4.8.9. tenham sido suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública por qualquer motivo previsto em legislação aplicável à participação de leilão promovido pela RFB.
 - 4.8.10. empreguem menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
 - 4.8.11. exerçam, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou que possuam qualquer outro vínculo de natureza trabalhista com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 9º, III e seu § 3º e o art 84 da Lei nº 8.666/93.
- 4.9. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis

antes da data fixada para a Abertura da Sessão Pública, devendo a RFB julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

- 4.9.1. Decairá o direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a RFB o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a Abertura da Sessão Pública, as falhas ou irregularidades que viciaram esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.9.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 4.9.3. Eventuais impugnações relativas a este Edital deverão ser manifestadas por escrito, dirigidas ao Presidente da Comissão de Licitação da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Recife/PE, e entregues no endereço SRRF04/SEMAP Avenida Antonio de Goes, 449, Pina, Recife/PE, 2º andar, no horário de expediente normal da repartição (08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00), ou encaminhadas por meio de correio eletrônico *luiz.barreto@receita.fazenda.gov.br*.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE VALOR DE COMPRA

- 5.1. Para apresentar a Proposta de Valor de Compra, o interessado, portador de certificado digital válido deverá necessariamente adotar os seguintes procedimentos, vedada a utilização de qualquer outro meio para apresentação de propostas:
 - I. acessar o Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, por meio de acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), opção de atendimento "Sistema de Leilão Eletrônico", endereço "www.receita.fazenda.gov.br";
 - II. selecionar o Edital de Leilão nº 417900/0002/2018, durante o período determinado no item 2 (dois), e acionar a opção "Incluir Proposta".
- 5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, a Pessoa Jurídica ou a Pessoa Física deverá declarar, por meio eletrônico:
 - I. que tem ciência e concorda com os termos e condições contidas neste Edital e seus anexos e que cumpre plenamente as condições exigidas para participação no certame;
 - II. que inexistem fatos impeditivos para participação no processo licitatório, nos termos do item 4.8 deste Edital;
 - III. que tem ciência de que as condições exigidas para participação no certame aplicam-se a todas as suas etapas, até a entrega das mercadorias.
- 5.3. Cada proponente poderá apresentar uma única proposta por lote, podendo alterá-la ou excluí-la até o final do período previsto para o recebimento de propostas.
 - 5.3.1. A RFB não se responsabilizará por impossibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de propostas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.4. Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito, findo o período da etapa de recebimento de propostas, de pleitear alterações, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 5.5. O valor de cada proposta deverá observar o preço mínimo estabelecido para o lote, sendo recusada pelo sistema qualquer proposta de valor inferior ao constante na relação anexa a este Edital.
- 5.6. Os valores das propostas não serão divulgados até a Abertura da Sessão Pública, mantendo-se o sigilo dos seus proponentes até a adjudicação dos lotes aos licitantes vencedores.
- 5.7. O proponente Pessoa Física poderá apresentar propostas:
 - 5.7.1. para até “1” lotes do total de lotes do tipo “informática”
 - 5.7.2. para até “1” lotes do total de lotes do tipo “celular”
 - 5.7.3. para até “1” lotes do total de lotes do tipo “notebook”.

6. DA SESSÃO PÚBLICA – DIA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

- 6.1. A Abertura da Sessão Pública se dará com a verificação da regularidade fiscal e da regularidade jurídica, esta mediante consulta à situação cadastral da Pessoa Jurídica e da Pessoa Física, e de eventuais impossibilidades decorrentes de restrição ao direito de participar em licitações e, por último, com o ordenamento das propostas de valor de compra para cada lote, na data fixada no item 1 (um) deste Edital.
 - 6.1.1. A verificação da regularidade fiscal, da regularidade jurídica e da impossibilidade decorrente de restrição ao direito de participar em licitações se processará mediante consulta a sistemas informatizados específicos, sem prejuízo de posterior conferência e exigência de documentação dos arrematantes, antes da entrega das mercadorias, conforme estabelecido no item 10 deste Edital.
- 6.2. Será desclassificada a proposta apresentada por proponente, que:
 - 6.2.1. Tratando-se de Pessoa Jurídica:
 - I. Na data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, não possua Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União válida, emitida previamente à data de Abertura de Sessão Pública;
 - II. Até o dia anterior à data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, esteja com situação cadastral da Pessoa Jurídica – CNPJ igual à inapta, suspensa, nula ou baixada.
 - III. Na data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, possua sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União (CGU) em ao menos um dos tipos previstos nos itens 4.8.1 a 4.8.8 deste Edital.
 - 6.2.2. Tratando-se de Pessoa Física:
 - I. Na data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, não possua Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União válida, emitida previamente à data de Abertura de Sessão Pública;
 - II. Até o dia anterior à data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, esteja com situação cadastral da Pessoa Física – CPF diferente de “regular”; ou

- III. Na data fixada neste Edital para a Abertura da Sessão Pública, possua sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União (CGU), em ao menos um dos tipos previstos nos itens 4.8.1 a 4.8.8 deste Edital;
- IV. Exerça, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou que possuam qualquer outro vínculo de natureza trabalhista com a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

- 6.3. Na data da Abertura da Sessão Pública serão verificadas, por meio eletrônico, a emissão e validades das certidões de que trata o item 6.2.
- 6.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante:
 - 6.4.1. a emissão das certidões referidas nos itens 6.2.1 e 6.2.2, para que fiquem registradas nos sistemas informatizados da RFB, previamente à data fixada neste Edital para a abertura da Sessão Pública, sob pena de suas propostas serem desclassificadas nos termos do item 6.2;
 - 6.4.2. verificar, confirmar e acompanhar junto ao órgão sancionador e/ou à CGU/PR o efetivo cancelamento ou alteração de registro de sanção no CEIS previamente à data fixada em Edital para a abertura da Sessão Pública, em virtude de eventual decisão administrativa ou judicial, sob pena de suas propostas serem desclassificadas nos termos dos itens 6.2.1 e 6.2.2, incumbindo-lhe requerer e solicitar junto ao órgão sancionador e/ou à CGU/PR a atualização dos registros, não cabendo ao interessado qualquer reclamação posterior decorrente da manutenção indevida da sanção nos cadastros da CGU/PR mesmo que realizado o requerimento ou a solicitação.
 - 6.4.3. verificar, providenciar e confirmar junto ao setor competente a efetiva atualização cadastral, quando for o caso, de eventual vínculo de natureza trabalhista com a RFB, previamente à data fixada neste Edital para a abertura da Sessão Pública, sob pena de suas propostas serem desclassificadas, não cabendo ao interessado qualquer reclamação posterior decorrente da manutenção indevida de seu vínculo trabalhista nos cadastros do Ministério da Fazenda.
- 6.5. A participação na Sessão Pública e eventual arrematação do lote não vedam, em outras fases do leilão, a verificação de quaisquer impedimentos do licitante, nos termos deste Edital.
- 6.6. O sistema ordenará as propostas classificadas em ordem decrescente de valor, para cada lote.
- 6.7. Não havendo proposta classificada para determinado lote, este será considerado como lote não arrematado.
- 6.8. Será declarado vencedor do lote o proponente que tiver apresentado a única proposta classificada para o lote.
- 6.9. Não havendo vencedor do lote na forma do item anterior, a sessão do leilão prosseguirá, em cada lote, com lances sucessivos ofertados somente pelo proponente que apresentar a maior proposta e pelos proponentes das propostas com valor igual ou de até 10% (dez por cento) inferior à maior proposta.

- 6.9.1. Na hipótese de não haver pelo menos de 3 (três) proponentes aptos a ofertar lances nas condições do item 6.9, prosseguirão à etapa de lances os que apresentarem as propostas de maior valor, até o máximo de 3(três) proponentes.
- 6.9.2. Havendo propostas de igual valor nas condições do item 6.9.1, os seus proponentes também prosseguirão à etapa de lances.
- 6.10. O prosseguimento do leilão se dará com a abertura da Sessão Pública para recepção de lances, no horário fixado no item 1.2 deste Edital, por iniciativa da Comissão de Licitação, que determinará o prazo estimado para duração da sessão, o qual, havendo lotes em disputa, não será inferior a 1 (uma) hora.
- 6.11. Não havendo lances para o lote, será declarado vencedor do lote o proponente que:
- I. Durante a etapa de Apresentação das Propostas de Valor de Compra tiver apresentado a proposta de maior valor;
 - II. For sorteado, caso exista empate de propostas de maior valor, após a convocação de todos os licitantes, via mensagem eletrônica do sistema, para acompanharem o sorteio.
- 6.12. O valor inicial do lance de cada lote será o da maior proposta de valor de compra classificada para o lote, considerando-se esse valor como lance ao qual fica obrigado o seu proponente.
- 6.13. O licitante somente poderá oferecer lances sucessivos de valor superior ao maior registrado para cada lote, durante a fase de recepção de lances.
- 6.14. Na sucessão dos lances, a diferença de valor não poderá ser inferior a :
- I - R\$ 100,00 para lances até R\$ 4.999,00;
 - II - R\$ 500,00 para lances de R\$ 5.000,00 a R\$ 49.999,00;
 - III - R\$ 1.000,00 para lances de R\$ 50.000,00 a R\$ 299.999,00;
 - IV - R\$ 5.000,00 para lances a partir de R\$ 300.000,00.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.
- 6.16. Os licitantes poderão apresentar lances, para os lotes abertos para lances, exclusivamente por meio do SLE, sendo informados do seu recebimento e registro.
- 6.17. As informações relativas ao valor do maior lance registrado por lote serão disponibilizadas no SLE, vedada a identificação do licitante que o ofertou.
- 6.18. Os lances ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo direito de pleitear alterações posteriores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.19. A etapa de lances será encerrada a partir do prazo estimado pela Comissão de Licitação para duração da sessão, decorrido um período de tempo de até 15 (quinze) minutos, aleatoriamente determinado pelo SLE, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, sendo declarado como vencedor do lote o licitante que tiver ofertado o maior lance.
- 6.20. Encerrada a Etapa de Lance, o Sistema informará o vencedor e a Comissão de Licitação adjudicará o lote ao arrematante.
- 6.21. Considera-se a data de realização do leilão, para fins de observância das normas aplicáveis à matéria, a data de Abertura da Sessão Pública.

7. DA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

- 7.1. O licitante será formalmente responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no SLE, assumindo como verídicos e inalteráveis suas propostas de valor de compra e lances, incumbindo-lhe acompanhar as operações e observar avisos, erratas e demais informações no decorrer do leilão, ficando responsável pelo ônus decorrente de quaisquer perdas causadas pela inobservância de mensagens emitidas pelo SLE ou por sua desconexão.
- 7.2. No caso de desconexão da Comissão de Licitação com o SLE, no decorrer da etapa de lances, e se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.3. Não caberá responsabilidade à RFB por danos de qualquer natureza (inclusive lucros cessantes, interrupção de negócios e outros prejuízos pecuniários) decorrentes de falhas na transmissão do leilão por questões técnicas e por uso de hardware e software em desacordo com os requisitos do sistema; nem por qualquer perda ou dano no equipamento do usuário causados por falhas de sistema, servidor ou internet; bem como por qualquer vírus eventualmente contraído durante acesso, utilização ou navegação no *site* ou durante a transferência de dados, arquivos, imagens, textos ou áudios nele contidos.

8. DA ATA

- 8.1. Encerrada a Sessão Pública, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vendidos, o valor da venda, os lotes não vendidos e os excluídos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos desenvolvidos na licitação, em especial os fatos relevantes.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O valor do lance vencedor deverá ser pago:

- I. Integralmente até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação; ou

- II. Mediante o pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) do valor do lance até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação – o qual consubstanciará em sinal e o pagamento do percentual restante de 80% (oitenta por cento) do valor do lance no prazo de 8 (oito) dias seguidos, contados da data da adjudicação (**incluindo esta data na contagem**) Ou seja, até o dia 20/11/2018.

- 9.1.1 O pagamento em atraso - do valor integral, do sinal ou do complemento (percentual de 80% do valor do lance) - limitado, respectivamente, ao prazo de 07 dias (integral e sinal) e de 10 dias (complemento) corridos contados a partir do vencimento, implicará acréscimo a título de multa moratória, conforme previsto no art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que será calculada sobre o valor da parcela em atraso, conforme abaixo especificado:

M = 0,006666 x **VP** x **N**, onde:

M = Multa moratória

VP = valor da parcela (valor integral, do sinal ou do complemento) em atraso;

N = número de dias contado do dia seguinte ao do vencimento da parcela - ainda que este seja sábado, domingo ou feriado - até o dia do seu efetivo pagamento.

- 9.1.1.1 A ausência de pagamento do valor de arrematação devido, ou de qualquer parte deste, depois de transcorridos os prazos para pagamento em atraso estabelecidos no item 9.1.1, ensejará a perda dos valores eventualmente já pagos e do direito do recebimento do lote ou

de qualquer parte do lote, podendo o respectivo lote ser imediatamente alocado em outro leilão, sem prejuízo das sanções cabíveis e previstas no item 11 deste edital.

9.1.1.2 Faculta-se à RFB pedir indenização suplementar, se constatar maior prejuízo, valendo o sinal como o mínimo de indenização.

9.1.2 O pagamento do percentual restante de 80% (oitenta por cento) do valor do lance de que trata o item 9.1, inciso II, deverá ser antecipado, na hipótese do término do prazo de 8 (oito) dias recair em dia não útil.

9.1.3 O pagamento em atraso do valor integral, do sinal ou do complemento, nos termos do item 9.1.1, deverá ser antecipado na hipótese de o término do prazo recair em dia não útil.

9.2 O sistema possibilitará a emissão eletrônica de DARF – Documento de Arrecadação Federal após a adjudicação de cada lote, para fins de pagamento do sinal e do complemento, sem prejuízo da responsabilidade do arrematante em recolher os valores devidos por outros meios disponíveis.

9.3 Não há incidência de tributos federais sobre o valor de arrematação das mercadorias.

9.4 Sobre o valor da arrematação haverá incidência de ICMS, sendo o cálculo e recolhimento por conta do arrematante.

9.5 O arrematante deverá recolher junto ao depositário PAC Logística e Hangaragem Ltda. as despesas relativas à armazenagem incidentes sobre as mercadorias arrematadas, nos termos do art. 45, inciso II, da Portaria RFB nº 3010/2011, condição necessária para a retirada do lote.

9.5.1 O valor das despesas relativas à armazenagem ou movimentação da carga, conforme o caso, de cada lote deve ser verificado na coluna “Avisos/Erratas” da plataforma eletrônica e deverá ser paga conforme orientações do depositário, antes do recebimento da mercadoria.

9.5.2 Caso as despesas de armazenagem não sejam recolhidas ao depositário, na forma do subitem anterior, até o prazo limite de 10 dias corridos contados a partir do vencimento do pagamento do valor integral ou do sinal, a RFB reterá os valores já pagos referentes aos incisos I e II do subitem 9.1 e declarará cancelada a arrematação, sem prejuízo de adotar a penalidade prevista no subitem 11.1.2.

9.6 (NÃO SE APLICA)

10 DA ENTREGA DAS MERCADORIAS

10.1 A entrega das mercadorias será efetuada contrarrecibo com assinatura aposta pelo arrematante ou por seu procurador legalmente constituído, em todas as vias da Guia de Licitação, estando o recebimento das mercadorias sob a responsabilidade do licitante.

10.2 Somente será autorizada a entrega das mercadorias depois de atendidas as seguintes condições:

10.2.1 Confirmação do pagamento dos DARF em sistema de controle próprio da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.2.2 Apresentação dos seguintes documentos do arrematante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ igual a “ativa” ou no Cadastro de Pessoas Físicas igual a “regular”, conforme o caso;

- b) Registro comercial ou Requerimento de Empresário Individual, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores; ou
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Fotocópias autenticadas do documento de identificação do sócio responsável ou do procurador legalmente constituído para retirada dos bens arrematados;
- g) Procuração específica para retirada dos bens arrematados, quando for o caso.

10.2.3 Verificação das Certidões Negativas, ou Positivas com Efeitos de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referidas nos itens 6.2.1 e 6.2.2, válidas na data da retirada das mercadorias.

10.2.4 Confirmação de que o arrematante não possui sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria-Geral da União (CGU) em nenhum dos tipos previstos nos itens 4.8.1 a 4.8.8 deste Edital na data da retirada das mercadorias.

10.2.5 Comprovação de recolhimento, de isenção e de não incidência do ICMS, mediante a apresentação da 4ª via da Guia Nacional de Recolhimento do ICMS ou da Guia de Recolhimento do Estado de **Pernambuco** ou, relativamente ao **lote 80**, do Estado de **Alagoas**, conforme o caso, ou da 4ª via da Declaração de Exoneração do ICMS na entrega de mercadorias estrangeiras.

10.2.6 Confirmação da maioria ou emancipação do arrematante, quando Pessoa Física.

10.2.7 Confirmação de que o arrematante não possui vínculo de natureza trabalhista com a RFB, nos termos do subitem 4.8.11 deste Edital.

10.2.8 Comprovação de pagamento das despesas de armazenagem do correspondente lote, nos termos do subitem 9.5 deste Edital.

10.2.9 Apresentação dos Termos de Responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo, para o(s) lote(s) descritos no subitem 3.8.1 deste Edital.

10.3 A documentação relacionada nas alíneas “a” a “e” do item 10.2.2 poderá ser dispensada, a critério da Comissão de Licitação, mediante comprovação da situação jurídica do arrematante no Sistema CNPJ ou no Sistema CPF, conforme o caso.

10.4 No caso de mercadorias sujeitas a selo de controle, a selagem será efetuada nos termos do Decreto nº 7.212/2010.

10.5 Todos os riscos de perecimento da mercadoria correm por conta do arrematante a partir do momento da arrematação.

10.6 A partir da arrematação, os licitantes terão 30 dias para retirada do lote.

10.6.1 As mercadorias arrematadas e não retiradas do recinto armazenador no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua arrematação, serão declaradas abandonadas, conforme dispõe o § 1º do art. 644 do Decreto nº 6.759/2009,

ficando disponíveis para nova destinação, salvo motivo de força maior, caso fortuito ou outro motivo relevante a critério da Administração.

10.6.1.1 Para os lotes elencados no subitem 3.20, por motivo relevante e a critério do Presidente da Comissão de Licitação, poderá ser autorizada a prorrogação do prazo para a retirada.

10.6.2 A não retirada do lote no prazo de 30 dias corridos, contados a partir da arrematação, sujeita o licitante ao pagamento de valores relacionados à armazenagem e demais despesas que gravem as mercadorias.

10.7 Quaisquer divergências verificadas quando da retirada das mercadorias nos depósitos deverão constar expressamente da Guia de Licitação, sob pena de indeferimento de eventual pedido de restituição.

10.8 Após a entrega da mercadoria, nos termos do subitem anterior, não cabe ao arrematante qualquer reclamação relativamente às quantidades, características ou situação das mercadorias dos lotes recebidos.

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A falta de pagamento do valor integral da arrematação, do sinal ou do complemento, garantido o contraditório e a ampla e prévia defesa, sujeita o licitante à imediata perda do direito à aquisição dos respectivos lotes e às seguintes sanções, indicadas no art. 87 da Lei nº 8.666/93:

11.1.1 Perda do valor já pago, quando não for pago o valor do sinal ou do complemento, nos termos do item 9.1, inciso II, salvo quando autorizado o pagamento em atraso com multa e este for efetivamente realizado com observância aos prazos estabelecidos no item 9.1.1.

11.1.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.1.3 Multa administrativa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mínimo do lote, quando não houver sido efetuado nenhum pagamento referente ao lote (integral, sinal ou complemento), que deverá ser recolhida, espontaneamente, no prazo de 30 (trinta) dias, através de DARF, com indicação de Código de Receita 3397 e demais dados da arrematação.

11.2 A sanção prevista no subitem 11.1.2 e a perda do valor pago, sinal, complemento ou integral, conforme o caso, garantido o contraditório e a ampla e prévia defesa do interessado, também serão aplicáveis:

11.2.1 às pessoas jurídicas e físicas que se envolverem na prática de atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

11.2.2 aos arrematantes que tenham efetuado declaração falsa para fins de participar da licitação, mesmo que constatada a situação impeditiva posteriormente ao encerramento da Sessão Pública.

11.3 O despacho de aplicação das penalidades será publicado no Diário Oficial da União.

12. DA COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

12.1. Em decorrência das disposições da Lei nº 8.666/93 a competência para aplicação das sanções aludidas no item 11 do presente Edital é do chefe do setor responsável pela programação e logística da Unidade da Receita Federal do Brasil promotora do leilão,

facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da intimação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Dos Atos Administrativos relativos à licitação e à contratação cabem:

13.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação referente ao despacho decisório ou da ata da licitação, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação, no todo ou em parte;
- d) Aplicação das penas de suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a RFB.

13.1.1.1 Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" terão efeito suspensivo apenas para o lote objeto de recurso, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos interpostos.

13.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do despacho relacionado com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico.

13.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.2.1 Os recursos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" do item 13.1.1 poderão ser interpostos no Sistema de Leilão Eletrônico, no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da publicação da ata no sistema.

13.3 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As normas que disciplinam este leilão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que observado o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da licitação.

14.2. Os licitantes ficam responsáveis pelas consequências advindas da inobservância das normas e instruções previstas neste Edital, como também de quaisquer avisos ou erratas expedidos pela Comissão de Licitação.

14.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes em decorrência dos atos praticados para participar do procedimento licitatório.

14.4. A unidade promotora do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos, computadores ou conexões com o provedor do SLE, aos licitantes interessados em participar deste leilão.

14.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na unidade promotora do leilão, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

14.5.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, deve-se antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior na hipótese de o vencimento recair em dia não útil, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

- 14.6. Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos e erratas e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame; toda menção a valores neste Edital refere-se à moeda Real (R\$).
- 14.7. O dirigente da unidade promotora do leilão poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal medida, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.
- 14.7.1 No caso de anulação, não terá o arrematante, direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da irregularidade.
- 14.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o foro do Juízo Federal na cidade da Unidade promotora do leilão ou, se não houver, o foro do Juízo Federal da respectiva capital do Estado.
- 14.9. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da Sessão Pública, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido.
- 14.10. À Comissão de Licitação cabe o direito de suspender a Sessão Pública, mediante prévia comunicação eletrônica aos licitantes, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.
- 14.11. Ao Presidente da Comissão de Licitação cabe o direito de excluir quaisquer lotes deste Edital, no interesse da Administração ou em atendimento a ordem judicial, mediante justificativa fundamentada, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.
- 14.12. Cópia do Edital e seus Anexos estará afixada na unidade promotora deste leilão, e disponibilizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br.
- 14.13. O Aviso contendo o resumo do presente Edital encontra-se publicado na seção 3, página 102 do Diário Oficial da União, de 26/10/2018; no jornal Folha de Pernambuco, pág. 10, de 26/10/2018), bem assim no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br.
- 14.14. Informações adicionais relativas ao leilão serão prestadas pela Comissão de Licitação nos dias de expediente antecedentes à data de Abertura da Sessão Pública, no horário das 09h às 12h e das 14h às 16h, na SRRF04/SEMAP, localizada na Avenida Antônio de Goes, nº 449, 2º andar, Bairro Pina, ou ainda pelos telefones (81) 3316-3765/3821; 3266/0588; 3527-5800/5810; (82) 3036-9166
- 14.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitação.

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE *cf. subitem 3.8 – Edital nº 417900/0002/2018*

A pessoa jurídica _____, situada na _____
_____, CNPJ nº _____, representada por
_____, CPF nº _____, vem por meio deste Termo
declarar que, em relação às mercadorias constantes do(s) lote(s) _____, está ciente de que o
cumprimento de eventuais exigências de entidades oficiais ou privadas, previstas em Lei ou
regulamento próprio, inerente ao uso, consumo, industrialização ou à comercialização dos produtos,
inclusive no que se refere ao cumprimento das normas de saúde pública, meio ambiente ou outras,
ficará a cargo do arrematante, não cabendo qualquer ônus ou responsabilidade à RFB, conforme
dispõe o item 3.8 do edital nº 417900/0002/2018.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA